

Apontamentos sobre o Equador do petróleo

Elaine Cristina Santos¹

204

Resumo

A economia das sociedades mundiais do século XX reconheceu no petróleo a sua principal fonte de energia. Contudo, a partir do século XXI, muitas alterações ocorreram face às possibilidades de esgotamento, das oscilações de preços do óleo negro, além das mudanças climáticas e dos impactos sociais destes processos. Apesar disso, o petróleo continua relevante na economia capitalista. Em que pese as contradições quanto ao decréscimo das divisas oriundas da exploração petrolífera na América Latina, os governos denominados à esquerda nas últimas décadas adotaram essa matriz energética como a principal fonte de financiamento do seu desenvolvimento social. Fundaram suas políticas de redução das desigualdades, na renda oriunda do extrativismo dos recursos naturais. O caso a ser analisado é o do Equador, que experienciou um período de bonança petrolífera (2006-2013), porém o país não conseguiu dar o salto esperado e romper com as estruturas que o prendem ao subdesenvolvimento.

Palavras-chave: Energia; Equador; Petróleo; Desenvolvimento; Progressismo.

¹ Socióloga, Licenciada em geografia, possui mestrado em Energia, Sociedade e Meio Ambiente pela Universidade federal do ABC (UFABC). Doutora em Sociologia pelo Programa Direito, Justiça e Cidadania no Século XXI do Centro de Estudos Sociais - Universidade de Coimbra, Portugal. Integra o *Grupo de Estudios en Geopolítica y Bienes Naturales* – IEALC/CLACSO, que tem como seu tema a exploração de Lítio na América Latina. | elainesantosabc@gmail.com



Resumen

La economía de las sociedades mundiales del siglo XX reconoció al petróleo como su principal fuente de energía. Sin embargo, a partir del siglo XXI se han producido muchos cambios ante las posibilidades de agotamiento, las fluctuaciones del precio del petróleo negro, así como el cambio climático y los impactos sociales de estos procesos. Sin embargo, el petróleo sigue siendo relevante en la economía capitalista. A pesar de las contradicciones en cuanto a la disminución de las divisas provenientes de la exploración petrolera en América Latina, los gobiernos de izquierda de las últimas décadas han adoptado esta matriz energética como la principal fuente de financiamiento de su desarrollo social. Han fundado, en los ingresos procedentes de la extracción de recursos naturales, una inversión de las políticas para reducir las desigualdades sociales en varias áreas. El caso que se analizará es el de Ecuador, que vivió un período de bonanza petrolera (2006-2013), pero que no logró dar el salto esperado y romper con las estructuras que le impiden el subdesarrollo.

Palabras Clave: Energía; Ecuador; Petróleo; Desarrollo; Progresismo.

Abstract

The economy of twentieth-century world societies recognized oil as their main source of energy. In the 21st century, the now-global economy has identified important changes in the oil industry, from new possibilities of petroleum depletion to unexpected price fluctuations. Social scientists have been studying the social impacts of these processes, concluding that, despite climate change, oil may remain relevant in the capitalist economy in the foreseeable future. Then, despite the decline of foreign exchange from oil exploration in Latin America, left-wing governments in recent decades have still chosen to adopt this energy matrix as the main source of financing for their social development programs. The great Latin American leftist bet on the extractivist industry to reduce social inequalities is analyzed here through the case of Ecuador, which after a period of oil bonanza (2006-2013) failed the expectations of breaking with the structures that hold it back from development.

Keywords: Energy; Ecuador; Oil; Development; Progressism.

Introdução

O propósito deste artigo é traçar algumas linhas acerca da tragédia latino-americana, rica em recursos naturais e desigual em diversos aspectos, atravessada por um histórico de dependência neocolonial e econômica que está longe de ser vencida. Partir-se-á do esgotamento das políticas neoliberais na década de 1990 quando muitos governos denominados à esquerda foram eleitos. Neste ínterim, assistiu-se um aumento das políticas sociais e ciclos de desenvolvimento que, a princípio, aparentavam uma grande guinada de melhorias, mas que atualmente demonstram claramente seus limites. Muitos dos discursos aparentemente revolucionários vieram acompanhados de práticas duvidosas e reformistas, mas não descartáveis,



naquele momento mesmo os mais esperançosos em tais programas fomentavam suas dúvidas. O alívio econômico para a população pobre veio muito mais da conjuntura internacional, que das ações políticas dos governos, em grande parte, orientadas pelo Banco Mundial.

O enfoque é dado pela abundância em matérias primas energéticas e a dependência ao petróleo, especialmente no Equador, que nas últimas décadas tentou se apropriar das rendas geradas pela atividade petrolífera como motor para o seu desenvolvimento. Segundo Santos (2019) o Equador enfrenta de um lado o constrangimento de uma economia exportadora baseada na exploração do petróleo para superar a dependência e de outro, o degradante legado ambiental e social deixado pelo extrativismo petrolífero desde os anos 1970. Em relação a sua atividade petrolífera, o Equador também enfrenta um sério problema que é sempre descuro; a falta de tecnologia e planta industrial para realizar todo o processo de exploração e refino do petróleo. A partir de contratos com empresas estrangeiras, Rafael Correa tentou solucionar o refino no país modernizando a sua principal refinaria, a de Esmeraldas. Em 2017 o site do Ministério de Hidrocarboneto² divulgou que as três refinarias equatorianas Esmeraldas, Shushufindi e La libertad estavam a funcionar no seu máximo, contudo, o país necessitava importar o petróleo para consumo interno devido a ausência de uma refinaria com tecnologia suficiente para tornar o seu petróleo de alta qualidade. Com a modernização refinaria de Esmeraldas o Equador passou a importar petróleo para refinar, algo completamente atípico, que significou um novo endividamento como tentativa de manter as contas em sua exportação (Villavicencio, 2015). Desta feita, o país que produz atualmente 536.700 barris por dia³, menos de 1% comparado a produção mundial, necessitaria arrimar-se em uma política de exploração de acordo com a demanda e oferta do país, além de promover a construção da planta industrial tecnológica a fim de evitar importações e saída de moeda, fato que derroca na ausência de condições de agregação de valor internamente. A escassez de industrialização do petróleo extraído também determina a dependência do país das importações derivadas ao petróleo, em 2009 representavam 98% das importações e energia (Viola Reyes, 2014:105).

No pano de fundo desta questão está a tentativa de superar as crises vivenciadas nos anos 1980-90 que levaram o país à dolarização sob o

² Disponível em <<https://www.eppetroecuador.ec/?p=3647>> 02.08.2021

³ Dados obtidos do Banco Central do Equador.



governo do presidente Jamil Mahuad⁴, em meio a crise política, falência de dez bancos e superinflação, a saída pela dolarização da moeda nacional também foi um “campo de teste para dolarização latino-americana⁵” aumentando a vulnerabilidade do país e da região (Valter, 2015). Na análise de Valter (2015:11) a dolarização trouxe ao país alguma estabilidade monetária – impulsionada também por ajustes alinhados ao FMI (Fundo Monetário Internacional) – porém aumentou sua vulnerabilidade externa. Por outro lado, após a dolarização não ocorreu nenhum crescimento extraordinário, o país se beneficiou do aumento dos preços no mercado internacional da sua principal commodity – o petróleo – logo, o *corréismo*⁶ balizou a maior parte do seu discurso⁷ no extrativismo como saída da condição de subdesenvolvimento.

Fala-se⁸ em <maldição da abundância> para designar o modelo político econômico vivenciado nos países sul americanos, exportam natureza, porém são poucos os reflexos positivos disto na economia interna. Acumulada em poucas mãos e fazendo uso da superexploração do trabalho em detrimento do meio ambiente, as riquezas são levadas para fora, por meio do rentismo, em paraísos fiscais (Acosta, 2009). Isto significa que no capitalismo rentista o ganho é realizado fora do país, desta perspectiva, a América Latina historicamente desempenhou um papel peculiar dentro da Divisão Internacional do Trabalho (DIT) marcada pela grande dependência tecnológica e uma incapacidade de competir igualmente em termos científicos e tecnológicos com os países hegemônicos, tornou-se exportadora de matérias primas de baixo valor agregado (Rodrigues, 2016).

A questão energética

O título deste tópico é também a própria negação dele, visto que não existe uma questão energética, mas o debate entre energia, sociedade e meio ambiente está diretamente relacionado à ocupação no mundo, a

⁴ Governou o Equador de 1998 a 2000.

⁵ Rohter (2000).

⁶ Período em que o país foi governando por Rafael Correa – 2006-2017.

⁷ Ainda que tenha aprovado uma Constituição em 2008, considerada umas das mais avançadas do mundo no que tange ao meio ambiente e comunidades tradicionais.

⁸ Diversos autores versaram acerca deste assunto Acosta (2006:2009), Schuldt (2006), Stiglitz (2006), Gudynas (2006) tentando revelar a contradição na abundância de recurso naturais mundialmente essenciais com imensa desigualdade.



produção do espaço. A energia está no âmago do sistema capitalista e em grande parte dos países latino americanos⁹ foi o motor do desenvolvimento bem como da corrupção, do extrativismo predatório, da perda de direitos e de terras das comunidades originárias. Tão importante como tratar as decisões e limites das políticas na América Latina é entender a função histórica da energia, em especial dos combustíveis fósseis no capitalismo, considerando que a crise climática está diretamente relacionada com as ondas de acumulação, ou seja, produz-se riqueza e miséria ao mesmo tempo, no limite dos recursos naturais. A forma como a situação energética e climática é debatida gerou uma série de interesses nas temáticas relacionadas a sustentabilidade, modos de vida e produção de energia “limpa”, conceitos extremamente carregados de contradições, porém, o paradoxo central está diretamente relacionado ao modo de produção atual (Bellamy & Diamanti, 2018).

Os usos relacionados a energia foram se alterando ao longo dos anos, o petróleo chegou a ser utilizado de modo esporso para iluminação em alguns períodos da história, mas é no século XX que este combustível passa a impulsionar as relações econômicas e políticas (Fuser, 2013). Fuser (2013) afirma que a disponibilidade de recursos e seu constante uso passaram a determinar a localização geográfica das produções manufaturadas, atualmente a localização dos recursos já é considerada um fator secundário, visto que o petróleo pode ser armazenado utilizado somente quando necessário.

Em contraste com a radiação solar, que muda de intensidade entre a noite e o dia e de acordo com o ritmo das estações, os combustíveis fósseis podem ser utilizados 24 horas por dia e 365 dias por ano, com intensidade constante, permitindo a organização da produção independentemente do tempo social, biológico e dos demais ritmos naturais (Fuser, 2013:05).

O capitalismo moderno teve o petróleo como principal combustível e sua importância crucial na reprodução econômica, Klare (2006) foi um dos autores que abordou a dependência ao petróleo e possíveis guerras

⁹ A exemplo das operações “Lava Jato” no Brasil, que denunciaram relações ilegais entre o setor público e o privado na realização de grandes obras, como as hidrelétricas de Belo Monte e as do Rio Madeira e Jirau, energia e política são questões centrais nos dias atuais, estão intimamente relacionadas.



advindas da busca insana pelo óleo negro, que não pode ser considerado uma commodity qualquer. O autor defende a hipótese que o petróleo fortalece a hegemonia¹⁰ e ao mesmo tempo, torna um país dependente desta matéria-prima, regido por preços oscilantes e o constringe a fazer concessões antidemocráticas levando a conflitos, guerras, um modelo insustentável. Como afirmaram Fiori & Nozaki (2019) o petróleo é um recurso indispensável à segurança estratégica das grandes potências que disputam basicamente as mesmas reservas, situação confirmada quando os Estados Unidos passam a considerar tudo que envolve o Golfo Pérsico como uma questão de segurança nacional.

É esta estreita aliança, e a visão do petróleo como uma “*commodity geopolítica*”, que explicam a utilização de todo e qualquer meio que seja necessário para assegurar o controle dos novos recursos e mercados que apareçam, mesmo que seja necessário mudar regimes e governos, ou corromper governantes, políticos e executivos, ou mesmo juízes, procuradores, religiosos e quem quer que seja necessário para a realização de seus objetivos estratégicos (Fiori & Nozaki, 2019: p. 5).

No caso norte americano a estratégia seria garantir o acesso ao petróleo estrangeiro combatendo possíveis instabilidades e conflitos que tais ações gerassem (Klare, 2006: 130-131). Fuser (2007) em seu artigo acerca da Doutrina Carter iniciada no Pós II Guerra Mundial¹¹, comenta que este foi o momento em que os Estados Unidos assinalavam a importância de manter as reservas de petróleo sob controle e no acercamento aos países Árabes, por meados da década de 1950, se depararam com o impulso do nacionalismo.

¹⁰ No caso a avaliação é feita a partir dos Estados Unidos.

¹¹ Torres Filho (2004) faz uma análise do petróleo no final da década de 1990 e início dos anos 2000, demonstrando um possível “choque de petróleo” que como foi demonstrado não ocorreu devido aos descobrimentos de novas reservas, bem como o uso do óleo de xisto. Contudo ainda permanece como a principal fonte de energia. O autor afirma ainda que o petróleo consolidou sua importância na Primeira Guerra (1914-1919) quando os animais de carga foram substituídos por máquinas, na Segunda Guerra (1939-1945) o combustível também foi essencial no desenrolar conflito (Torres Filho, 2004:21).



Mas as pressões nacionalistas logo voltaram a ganhar impulso, ajudadas pela onda anticolonial e terceiro-mundista dos anos 50, culminando com a criação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), em 1960. Uma nova agenda marcou as relações entre os EUA e os países produtores dali em diante – uma agenda de conflito, em que se sobressaíram a nacionalizações das concessões petrolíferas, a elevação dos preços e a politização das questões relativas às remessas de petróleo (Fuser, 2007:24).

Já nos anos 1980 o presidente Carter anunciou o acesso as reservas do Golfo Pérsico como fundamentais, segundo Fuser (2007) a Doutrina de Carter impôs mudanças no acesso ao petróleo comparado à 1945, a ideia era obter domínio sem a necessidade de empregar diretamente seu poderio militar. A doutrina assinalou uma mudança restaurando a influencia norte americana no Golfo até a queda de Saddam Hussein, a proposta foi alcançar acesso, a influência e o controle das fontes de energia no mundo inteiro (Fuser, 2007: 27).

O interesse norte americano em outros países mesclava conflitos internos e intervenções, durante as Guerras até a crise do petróleo em 1973, houve uma hegemonia norte americana, o dólar fixado garantiu alguma estabilidade e acesso, por outro lado, impôs a necessidade desta matéria-prima para funcionamento do sistema (Klare, 2006). A partir da Segunda Guerra Mundial, após o descobrimento de diversos poços petrolíferos no Oriente Médio, a América Latina necessitou pensar de forma mais estratégica seus combustíveis, tendo em conta que até a Primeira Guerra os recursos eram majoritariamente explorados por empresas estrangeira (Fontaine, 2008: 67).

No que tange a América Latina, ainda que o petróleo esteja concentrado na Venezuela e no Brasil¹², todo continente possui riquezas que interessam aos países centrais e, ao mesmo tempo, são países que passaram por processos de nacionalização impulsionados por uma situação internacional de preços elevados, além das mudanças políticas internas em virtude da rejeição do modelo liberal dos anos 80 e 90 (Viola Reyes, 2014:101). O caso petrolífero equatoriano apresenta características

¹² Segundo o relatório da BP, Statistical Review of World Energy (2019:14) Venezuela possui 303,3 mil milhões de barris provados enquanto que o Brasil aparece em segundo lugar com 13,4 mil milhões de barris provados e na sequência tem-se o Equador com 2,8 mil milhões de barris provados.



peculiares devido a sua tardia entrada na onda de exploração petrolífera em 1960 apenas 4% da inversão se declarava como estrangeira, 1972 o número representava cerca de 46% em 1978 este número subia para 58%, no período militar de Rodrigues Lara, um terço do território estava comprometido e entregue as empresas petrolíferas (Etchart, 2011: 32). E foi justamente no choque do petróleo de 1973, que o Equador¹³ se tornou membro da Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP) como um mecanismo de idealizar políticas de cunho nacionalista aproveitando a demanda externa, logo, o país se tornou – junto com Argentina, Colômbia e Venezuela – dependente das inversões externas (Fontaine, 2008; Etchart, 2011).

O papel do Petróleo no Equador

O petróleo é fulcral na economia capitalista; por meio dele geram-se rendas virtuosas; subsídios cruzados, ou seja, a dependência da renda oriunda deste hidrocarboneto é importante para geração de emprego, renda e investimentos sociais. O Equador é economicamente dependente de suas reservas petrolíferas concentradas na região Amazônica. Após tantos anos de exploração de seus recursos naturais pelos países desenvolvidos, com a eleição de Rafael Correa em 2006, houve uma alteração na forma de conduzir a economia. De imediato o governo imprimiu uma visão nacionalista revendo os contratos petrolíferos e se apropriando de quase 80% da riqueza deste bem natural, o que permitiu a concretização de políticas sociais importantes (Paz & Cepeda, 2012).

Desde 1998, os países sul-americanos passavam por grandes alterações, principalmente no que tangia aos combustíveis fósseis. O relatório da CEPAL¹⁴ de 1997 afirmava ser o domínio do setor privado o aspecto mais visível das mudanças, também se refere ao fato da América Latina e Caribe encontrarem-se muito longe de níveis adequados de eficiência e transformação energética, considerando que em alguns países havia obsolescências de parques industriais (*apud* CEPAL, 1997: 23). O mesmo relatório estabeleceu que a reforma petroleira tendeu a favorecer o setor privado lhe conferindo um maior protagonismo, alentando que, a

¹³ O país retirou-se da OPEP em 1992 regressando em 2007 e retirando-se novamente em 2020, o que lhe desobrigaria a respeitar as cotas de produção.

¹⁴ Comissão Econômica para América Latina e Caribe.



inversão estrangeira e as novas modalidades de contratação com as operadoras privadas não incluíam totalmente a presença do Estado nos países com maior dimensão petrolífera (CEPAL, 1997). Tais políticas foram se alterando nos anos 2000 com um maior protagonismo do Estado, da nacionalização e da incorporação das reservas de lítio (Bolívia, Chile e Argentina) que aparecem hoje com grande possibilidade de fazer frente ao petróleo em algumas áreas, como a produção de baterias dos veículos elétricos e smartphones (Fornillo, 2016).

Nas últimas décadas o Equador fundamentou grande parte das suas políticas de alteração social baseando-se na renda oriunda do petróleo. E em conformidade com a mudança Constitucional de 2008, o governo de Rafael Correa realizou reformas nas leis de hidrocarbonetos, enfatizada no Decreto 314 de 20 de Dezembro de 2010 que assinalou o petróleo como um recurso estratégico, no artigo I do Capítulo I declarou ao Estado exclusividade das empresas públicas¹⁵ na exploração e na exportação dos hidrocarbonetos. Sendo assim, no Título II artigo 15 garantiu ser papel do Estado; preservar o interesse nacional na execução das diferentes fases da indústria de hidrocarbonetos, aproveitar os recursos do petróleo e suas substâncias associadas preservando o meio ambiente, conservando a biodiversidade e a capacidade de regeneração natural dos ecossistemas de forma a assegurar as gerações presentes e futuras; promover o desenvolvimento sustentável, ampliando o mercado de trabalho e gerando valor agregado por meio da exploração dos hidrocarbonetos.

No período concernente entre 2000-2005 a finalidade era saldar a dívida pública, houve um crescimento da participação de companhias privadas na produção do petróleo, já em 2006 quando da eleição de Correa houve uma viragem, onde se eliminou os fundos petroleiros, pretendendo dar outro destino a renda, colocando em primeiro lugar a dívida social (Miguel Ruiz & Iturralde: 2013). Além da aposta no fortalecimento das empresas públicas de hidrocarboneto, houve a renegociação dos contratos com empresas estrangeiras em um contexto em que os preços do petróleo no mercado internacional eram elevados (Miguel Ruiz & Iturralde: 2013). Quando Rafael Correa anunciou o aumento dos impostos, a Petrobras foi uma das primeiras a se retirar em 2007 e o campo petrolífero passou a ser

¹⁵ Consultado a 28.06.2016 em: <<http://www.hidrocarburos.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2012/08/REGLAMENTO-LEY-DE-HIDROCARBUROS.pdf>>



explorado pela estatal Petroamazonas (Gomes, 2008). Portanto, Rafael Correa foi alterando a política e a receita do petróleo extraído.

Se no início da década, o Estado respondia por 67% do total de petróleo produzido no país e 33% para outras companhias, até 2010 essa proporção havia sido modificada em benefício do Estado, o que correspondia naquele ano 82% do total produzido, enquanto as companhias mantiveram 18%. Isto é explicado por pelo menos dois fatores: pelo aumento da produção da Petroecuador e da Petroamazonas e pela diminuição dos investimentos e da produção de empresas privadas, mas também pela redução da participação das empresas no percentual da produção resultante dos contratos que tinham com o Estado, que passou de 75% em média em 2001 para 47% em média em 2010¹⁶ (Miguel Ruiz & Iturralde: 2013: 99).

213

Escribano (2012) situa bem as políticas energéticas no período de Rafael Correa e chama de “trilema” a tríade que embasou este governo; ambientalismo, conservação e investimento estrangeiro. Em contrapartida, tais bases foram completamente incongruentes com os anseios daqueles que o elegeram. O Ministério de Minería Ecuatoriano¹⁷ enfatizava a necessidade de impulsionar a mineração com o objetivo de cambiar a matriz produtiva do país para enfrentar os desafios futuros. Porém, os gastos públicos triplicaram no período que concerne 2006-2011, sendo que 57% foram financiados pela renda petroléira, que beneficiou os mais ricos (Mayoral (2012, 240). Em 2009 a crise financeira reduziu em 40% os ingressos petroléiros, o governo esforçou-se para que tal situação afetasse o mínimo

¹⁶ Tradução livre da autora. No original - Si a comienzo de la década, al Estado le correspondía el 67% del total de petróleo producido en el país, mientras que a las compañías el 33%, para 2010 tal proporción se había modificado en beneficio del Estado, al cual correspondió en ese año el 82% del total producido, mientras que las compañías se quedaron con el 18%. Esto se explica al menos por dos factores: por el incremento de la producción de Petroecuador y Petroamazonas y la disminución de las inversiones y la producción de las privadas, pero también por la reducción de la participación de las compañías en el porcentaje de la producción resultante de los contratos que tenían con el Estado, el cual, pasó del 75% en promedio en 2001 al 47% en promedio en 2010 (Miguel Ruiz & Iturralde :2013:99).

¹⁷ Consultado a 20.04.2018 em <<http://www.mineria.gob.ec/plan-nacional-de-desarrollo-del-sector-minero/>>



possível os gastos públicos, para tal intento recorreu ao endividamento externo (Mayoral, 2012: 241).

A política petrolífera equatoriana foi alterada pelo governo de transição de Alfredo Palacio¹⁸, no qual o ex-presidente, Rafael Correa participou como Ministro de Economia e Finanças. Houve uma nacionalização parcial dos lucros extraordinários a partir da reforma das leis em 2003, em 2007 determinou-se a renegociação de todos os contratos de associação ou a completa nacionalização (Fontaine, 2008). Neste sentido, o petróleo passou a ter grande peso na economia, a partir de 2006, o petróleo passou a ter o mesmo peso que durante o período de 1975 a 1985, considerado o período áureo do petróleo no país (Ospina Peralta, 2013). Conquanto, existia a possibilidade da diminuição desta dependência nos próximos anos devido aos investimentos realizados em outras áreas energéticas, que, apesar de incipientes, tiveram algum impacto (Ospina Peralta, 2013).

Em 2015 o então ministro e coordenador de setores estratégicos Rafael B. Bonilla¹⁹ declarou em uma coletiva que o país tinha um plano para um desenvolvimento energético sustentável e afirmou que “mais de 90% da energia elétrica seria gerada a partir de fontes renováveis, gerando a economia de 1 bilhão de dólares devido à diminuição das importações de combustíveis e à redução das emissões de CO₂ em mais de 6,3 milhões de toneladas por ano²⁰”. Cisneros & Proaño (2012) no ilustre trabalho de investigação do setor energético equatoriano com vistas à uma projeção de curto e longo prazo (2010-2030), indicavam que o país precisaria incorporar novas tecnologias permitindo a diversificação de sua matriz energética e a promoção de energias limpas com o intuito de diminuir a dependência e o uso do petróleo. A distribuição e o volume de petróleo retirado neste período possuem relação com diversos fatores geopolíticos, que dificultam qualquer controle em um país periférico e dependente como Equador (Acosta Ruiz & Iturralde, 2013).

¹⁸ Após a derrubada de Lucio Gutiérrez em 2004.

¹⁹ Segundo a página de setores estratégicos do governo. <<http://www.sectoresestrategicos.gob.ec/ecuador-tiene-una-estrategia-para-el-desarrollo-energetico-sostenible-min-rafael-poveda/>> [10.04.2017]

²⁰ Tradução livre da autora. No original - más del 90% de energía eléctrica será generada a partir de fuentes renovables, trayendo un ahorro de 1.000 millones de dólares por disminución de importación de combustibles y reduciendo las emisiones de CO₂ en más de 6,3 millones de toneladas anuales.



No Artigo 315 da Constituição, o Equador faculta a criação de empresas públicas que estimulem setores estratégicos à criação de serviços públicos para um aproveitamento sustentável dos recursos naturais e o desenvolvimento de outras atividades económicas, como parte de uma diversificação produtiva. Entendendo que a gestão pública no caso do petróleo é de fundamental importância o governo também aprovou em 7 de abril de 2008, a inscrição no Registro Mercantil em 23 de abril de 2008, Petroamazonas Ecuador S. A como pessoa jurídica de direito público sendo seus acionistas únicos as empresas estatais Petroecuador y Petroproducción. O Artigo 3 do Decreto 314 destaca que, a Petroamazonas Ecuador S. A., poderá desenvolver projetos em âmbitos locais, regionais, nacionais e internacionais. Segundo Guaranda (2011) com a eleição de Rafael Correa na presidência houve uma mudança de proposta e do discurso que estava relacionado a exploração do petróleo

Essa proposta foi coerente com outras propostas vindas de setores ligados à Aliança País e outros movimentos sociais que demandavam maior capacidade reguladora do Estado. No entanto, os setores ligados ao ambientalismo e ao movimento indígena olhavam com dúvida e preocupação para o discurso cada vez mais radical e eloquente do presidente que, a pretexto de criticar as relações entre o Estado e as transnacionais, expressava a necessidade de explorar os recursos naturais existentes e a serem descobertos, porque em sua opinião dentro de um governo honesto e patriótico, como qualifica sua administração, essa exploração era possível porque agora os equatorianos gozavam dos benefícios da exploração de petróleo (Guaranda, 2011: 04²¹).

²¹ Tradução livre da autora. No original: Esta propuesta era coherente con otras propuestas provenientes de sectores vinculados a Alianza País y a otros movimientos sociales que reclamaban mayor capacidad reguladora del estado. Sin embargo, los sectores vinculados con el ambientalismo y el movimiento indígena, miraban con duda y preocupación el discurso cada vez más radical y elocuente del Presidente que a pretexto de criticar la relaciones entre el estado y las transnacionales, manifestaba la necesidad de explotar los recursos naturales existentes y por descubrir, pues a su criterio dentro de un gobierno honesto y patriota, como él califica su gestión, esta explotación era posible pues ahora los ecuatorianos si disfrutaran de los beneficios de la explotación petrolera (Guaranda 2011: 04).



Manteve o discurso nacionalista, mas com uma continuidade das políticas extrativistas para exportação, De La Torre (2018) afirma que por ser um líder de cunho populista, invocou uma missão pessoal que o coloca como salvacionista, disto passou a recorrer a uma série de táticas violentas e “justificadas” em nome da modernização. Para Acosta Ruiz & Iturralde (2013:128-129) os canais de transmissão para saída da crise estão inter-relacionados, logo, no caso do Equador não seria possível sair da alta dependência extrativista petrolífera sem algum tipo de fomento econômico estrutural.

1) impactos comerciais, basicamente devido à alta volatilidade do preço das matérias-primas exportadas (principalmente petróleo, cobre e grãos), o que poderia resultar na reversão da recente tendência favorável em termos de comércio e menores volumes de renda;

2) impactos decorrentes da redução dos fluxos de capital (hoje muito altos na região), resultado tanto do ponto anterior (uma vez que grande parte do IDE é destinado ao setor de matérias-primas) quanto de eventual vazamento do capital, alimentado por medidas dos países metropolitanos para enfrentar a crise, como uma queda repentina da taxa de juros para incentivar o retorno do capital;

3) a redução de remessas de países da União Europeia e dos Estados Unidos²².

Os autores concluem que “(...) sob o governo de Rafael Correa, as receitas médias do petróleo triplicaram em relação aos antecedentes

²² Tradução livre da autora. No original – (...) la atención sobre tres posibles canales de transmisión de la crisis mundial hacia América Latina, los cuales se hallan interrelacionados: 1) impactos comerciales, básicamente por la alta volatilidad del precio de las materias primas que se exportan (principalmente petróleo, cobre y granos), lo que podría traducirse en la reversión de la tendencia favorable reciente en los términos del intercambio y menores volúmenes de renta; 2) impactos por la reducción de los flujos de capital (hoy muy altos en la región), que serían resultado tanto del punto anterior (ya que buena parte de la IED está destinada al sector de las materias primas), como por una eventual fuga de capitales, alimentada por medidas de los países metropolitanos para enfrentar la crisis, como una súbita baja en la tasa de interés para incentivar el retorno de capitales; 3) la reducción de las remesas provenientes de países de la Unión Europea y de los Estados Unidos (Miguel Ruiz & Iturralde, 2013: 128-129)



históricos do chamado período de ‘retorno à democracia’” (Acosta Ruiz & Iturralde, 2013: 94). O aporte de tais autores é bem interessante, pois a investigação já sinalizava a dependência petrolífera como um agravante ao Equador caso a China abrandasse seu crescimento, neste cenário, mesmo os Estados Unidos poderiam ser arrastados por uma nova recessão sequenciada desde os estragos da crise financeira de 2008 (Acosta Ruiz & Iturralde, 2013). Porém, os autores não contavam com uma pandemia, ainda que pandemias possam sempre aparecer como sombras avassaladoras deste modo de produção onde tudo, mesmo a tragédia, se transforma em mercadoria. Esta crise permanente não está localizada apenas no Estado²³ mas sim em toda a desarticulação de mecanismos de saúde, de territórios, de moradia e alimentação que, assumidos de forma débil, ao longo das últimas décadas, espelham um regime de acumulação que não se interrompeu.

Considerações finais

O desenvolvimento dos países latino-americanos depende fundamentalmente dos recursos naturais, acrescenta-se a isto o atual momento de complicações e retrações políticas e econômicas que parte destes países atravessam. No caso do petróleo, as oscilações de preço no mercado mundial acabam gerando diversos problemas aos países cuja moldura estrutural continua pautada nesta matéria-prima, logo, (re) pensar o papel da energia, no caso deste artigo, do petróleo, perpassa por repensar a utilização dos recursos estratégicos, dado que os recursos naturais latino americanos são historicamente fonte das disputas dos centros de poder (Rodrigues, 2015).

No caso do Equador o ascenso de venda de commodities e financiamento dos programas sociais a partir desta renda foi circunscrito até meados de 2013 – ano em que Rafael Correa desistiu da Iniciativa Yasuní ITT²⁴ que pretendia deixar o bloco 43 inexplorado em troca de recursos financeiros de países <desenvolvidos>. Após uma década da chamada “Revolução Cidadã”, no primeiro momento de confronto com a força do capital internacional quanto a extração petrolífera, Rafael Correa agindo em

²³ Tendendo ao neoliberal/keynesiano

²⁴ Em 2008 o Governo Correa lançou uma iniciativa denominada Yasuní ITT que pretendia deixar o petróleo debaixo da terra, em troca de pagamentos dos países desenvolvidos.



em contradição ao plano de governo apresentado à sociedade. As políticas petrolíferas no Equador criaram fortes alterações sociais no país e apontaram para um tipo de desenvolvimento que, apesar de comprometido com a redução das desigualdades, não sublevoou ultrapassar a dependência do óleo negro tampouco o histórico de extrativismo predatório no país. Do contexto equatoriano, foi perceptível não ser possível, em economias de via neocolonial dependente, ainda que imbuído discursivamente de radicalidade, lutar somente na contenção de danos colaterais, mudanças legais em tempos de abundância das divisas – tal como a alta dos preços do petróleo. Fortalece-se o capitalismo de Estado por um período, no entanto, os danos também são socializados e bastante visíveis.

Atualmente, ainda com intenso debate acerca de uma “retomada verde”, é o petróleo que movimenta grande parte do sistema produtivo e isto é facilmente notável já que o mundo enfrenta uma crise e por todos os lados percebemos ocupação e conflitos cujo pano de fundo está sempre relacionado a energia e seu abastecimento. Porém, sempre é necessário que nem tudo que se passou no Equador nas últimas décadas, pode ser explicado por meio da queda dos preços das commodities, neste caso do petróleo, que ainda é a força motriz do desenvolvimento econômico atual.

Recentemente, as eleições presidenciais de 2021 elegeram o banqueiro Guillermo Lasso marcando o retorno do conservadorismo no país, demonstrando que o que acontece no Equador é uma minúcia do que se passa neste continente. Ou seja, os governantes focam-se em reformas devido as grandes desigualdades sociais e são unicamente reformistas, omitindo nosso estatuto dentro divisão internacional de produção. E o maior desafio daqui para a frente será governar com estruturas políticas e institucionais tão desagregadas com uma esquerda que ainda crê na mudança somente por via eleitoral e na domesticação do capital. O Equador, tal como diversos países que vivenciaram a chamada *onda progressista* nas últimas décadas e o retorno do conservadorismo nos últimos anos, demonstrou-nos que estamos despreparados e precisamos amadurecer o projeto de país e um projeto de poder, além de coordenar e melhorar as formas de organização que já existem. Neste sentido, é preciso refletir acerca das características e as formas como as lutas se colocam frente a crise que vivemos. Crise esta, que nas últimas décadas revelaram-se conjunturais/estruturais demonstrando novas formas de dominação ideológica.



Referências

- ACOSTA, Alberto. (2005) **Breve história económica del Ecuador**. Corporación Editora Nacional. Quito.
- ACOSTA, Alberto. (2009) Procesos Económicos Contemporáneos: Impacto de las reformas neoliberales en la economía. In del CASTILLO, M. Ángel (Ed.) "**Ecuador contemporáneo: análisis y alternativas actuales.**" Murcia: Universidad de Murcia, Servicios de Publicaciones, 350p. (pp.27-72).
- ACOSTA RUIZ, Miguel & ITURRALDE, Pablo. (2013) **La alquimia de la riqueza**, Estado, petróleo y patrón de acumulación en Ecuador. Centro de Derechos Económicos y Sociales (CDES) <<http://www.opsur.org.ar/blog/2013/06/24/la-alquimia-de-la-riqueza-estado-petroleo-y-modelo-de-acumulacion-en-ecuador/>> Consultado a 12.06.2019
- AGUIRRE, Milagros et al. (2014) **La restauración conservadora del correísmo**. Montecristi Vivi, Ecuador – Quito. <https://www.sudamericarural.org/images/en_papel/archivos/La-restauracin-conservadora-copia.compressed.pdf> Consultado a 20.08.2019
- BELLAMY, Brent, Ryan & DIAMANTI, Jeff. (2018) **Materialism and the critique of energy**. Published by MCM' Publishing, Chicago Alberta.
- CEPAL (1997) **Comisión Económica para América Latina y el Caribe**. <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/5617/1/S9700012_es.pdf >
- CISNEROS, I. C. M., PROAÑO, F. R. D. (2012) **Planeación estratégica del sector energético en Ecuador 2010-2030**. Proyecto de tesis aprobado en la pontificia Universidad Católica de Ecuador para la obtención del título de magíster en administración de empresas con mención en negocios internacionales. Quito. <<http://repositorio.puce.edu.ec/bitstream/handle/22000/6936/2.39.001342.pdf>> Consultado em 10.05.2017
- DE LA TORRE, Carlos (2018) "Ecuador After Correa". **Journal of Democracy**, Volume 29, Number 4, October, pp. 77-88 (Article) Published by Johns Hopkins University Press DOI: <<https://doi.org/10.1353/jod.2018.0064>> Consultado a 19.05.2019
- ESCRIBANO, Gonzalo. (2012) "Ecuador's energy policy mix: Development versus conservation and nationalism with Chinese loans." **Energy Policy**, Elsevier, vol. 57(C), pp. 152-159.



- <<https://ideas.repec.org/a/eee/enepol/v57y2013icp152-159.html>>
Consultado a 20.05.2019
- ETCHART, N. P. (2011) **Violencia y sufrimiento tóxico**: la lucha por justicia ambiental en Dayuma, Amazonía ecuatoriana. (Tesis de Maestría en Ciencias Sociales con mención en Antropología). FLACSO Sede Ecuador, Quito.
<<https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/xmlui/handle/10469/6282>>
Consultado a 12.03.2019
- FIORI, José Luis & NOZAKI, William (2019) **Petróleo, guerra e corrupção**: entender Curitiba
<<https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerra/petroleo-guerra-e-corrupcao-para-entender-curitiba/>> Consultado a 11.08.2020
- FONTAINE, Guillaume. (2003) **Petróleo y desarrollo sostenible en Ecuador**.
<<http://www.flacso.org.ec/docs/sfpetroleo.pdf>> Consultado a 12.08.2019
- FONTAINE, Guillaume. (2008) Sangre y petróleo. Peligros y consecuencias de la dependencia del crudo (Reseñas). **Íconos**, Revista de Ciencias Sociales. Los retos del pluralismo jurídico, Quito: FLACSO sede Ecuador, (no. 31, mayo): pp. 161-163. ISSN: 1390-1249. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10469/4054>> Consultado a 21.05.2018
- FORNILLO, Bruno. (2016) **Sudamérica Futuro**. El Colectivo-CLACSO, Buenos Aires
- FUSER, Igor. (2007) O petróleo e a política dos EUA no Golfo Pérsico: a atualidade da Doutrina Carter. **Lutas Sociais** - Revista do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS) Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais – PUC/SP
<<https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/18655/13842>> Consultado a 11.04.2019
- FUSER, Igor. (2013) **Energia e relações internacionais**. Editora Saraiva, São Paulo.
- GOMES, F. Luís (2008) Após nacionalizar petróleo, Equador pode exigir indenização da Petrobras. **Jusbrasil**. Consultado <<https://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/119027/apos-nacionalizar-petroleo-equador-pode-exigir-indenizacao-da-petrobras>> Consultado a 11.02.2019
- GUARANDA, Wilton. (2011) **La necesidad imperiosa de reformar una ley caduca**: análisis sobre las reformas a ley de hidrocarburos. <https://www.inredh.org/archivos/boletines/boletin_ley_hidrocarburos.pdf> Consultado a 10.05.2019



- OSPINA PERALTA, et al (2013) **Estamos haciendo mejor las cosas con el mismo modelo antes que cambiarlo**: La revolución Ciudadana en Ecuador, 2007-2012. Instituto de Estudios Ecuatorianos (IEE) / Centro de Estudios para el Desarrollo Laboral y Agrario (CEDLA) / Centro Internacional Miranda (CIM), La Paz, Bolivia. <<http://repositorio.uasb.edu.ec/bitstream/10644/3809/1/Ospina%2C%20P-CON-012-Estamos.pdf>> Consultado a 10.02.2019
- KLARE, Michael T. (2006) **Sangre y petróleo**. Peligros y consecuencias de la dependencia del crudo. Tradução de J. A. Bravo Urano, Barcelona.
- MAYORAL, M. Fernando. (2012) "El desempeño de la Economía Ecuatoriana durante el gobierno del economista Rafael Correa." in MANTILLA, S. et al. **Rafael Correa, balance de la Revolución Ciudadana**. Quito: Centro Latinoamericano de Estudios Políticos: Editorial Planeta del Ecuador S.A. (pp.237-266)
- PAZ, Miño & CEPEDA, Juan J. (2012) Luces y sombras de las revolución ciudadana (Política Pública). En La Tendencia. **Revista de Análisis Político**. Movimientos sociales, mujeres, gobierno, Quito: FES-ILDIS, (no. 13, abril-mayo): pp. 73-76. ISSN: 13902571
- ROHTER, Larry (2000) Using the Dollar To Hold the Line; U.S. Currency Becomes Ecuador's. **New York Times**. <<https://www.nytimes.com/2000/01/18/business/using-the-dollar-to-hold-the-line-us-currency-becomes-ecuador-s.html>> Consultado a 04.08.2020
- RODRIGUES S. Bernardo. (2015) Geopolítica dos Recursos Naturais estratégicos na América do Sul. **Perspectivas**, São Paulo, v. 45, p. 63-87, jan./jun.
- SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. (2019) **Uma história da onda progressista sul-americana** (1998-2016). Editora Elefante.
- TORRES FILHO, Ernani T. (2004) "Petróleo: concorrência, regulação e estratégia", **Revista Economia Política Internacional**, no. 2 - Julho a setembro.
- VALTER, Leonardo, Krause (2020) **Dolarização no Equador**: os determinantes, o processo e os impactos. Trabalho de Conclusão submetido ao curso de Graduação de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/130358>> Consultado a 11.08.2020
- VILLAVICENCIO, Fernando. (2015) Insólito Ecuador importara petróleo para su refinaria. **Ecuador Noticias**. <<http://ecuadornoticias.org/nacionales/destacados/716-insolito->



ecuador-%20importara-petroleo-para-su-refineria > Consultado a 10.05.2019

VIOLA REYES, Carolina (2014) **El petróleo y el gas en la geopolítica de la integración energética suramericana**. Tesis para obtener el Título de maestría en ciencias sociales con mención en Gobernanza Energética Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales Sede Ecuador Departamento de Desarrollo, Ambiente y Territorio <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/xmlui/handle/10469/6945>> Consultado a 04.08.2019

222

Páginas Consultadas

ANP (Agência Nacional de Petróleo)

<<http://www.anp.gov.br/>>

Petroecuador

<<https://www.eppetroecuador.ec/?p=3647>>

Recebido em 01 jun. 2021 | aceite em 11 ago. 2021.

